

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo n.º : 13805.001683/93-35  
Recurso n.º : 116.628  
Matéria : IRPJ - EX. 1991  
Recorrente : DRJ-SÃO PAULO/SP  
Interessada : OFFICER SISTEMAS DISTRIBUIÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.  
Sessão de : 03 DE JUNHO DE 1998  
Acórdão n.º : 105-12.421

**RECURSO DE OFÍCIO - PORTARIA N° 333/97 DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA - O novo limite estabelecido em seu artigo 1º se aplica aos casos pendentes.**  
**Recurso de ofício não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto por DRJ-SÃO PAULO/SP

**ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**

  
**VERINALDO HENRIQUE DA SILVA**  
**PRESIDENTE**

  
**JOSÉ CARLOS PASSUELLO**  
**RELATOR**

**FORMALIZADO EM: 21 JUL 1998**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PÊSS, VICTOR WOLSZCZAK, ALBERTO ZOUMI (Suplente convocado), CHARLES PEREIRA NUNES e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO. Ausente, justificadamente, o Conselheiro IVO DE LIMA BARBOZA

Processo n.º : 13805.001683/93-35  
Acórdão n.º : 105-12.421

Recurso n.º : 116.628  
Recorrente : DRJ-SÃO PAULO/SP  
Interessada : OFFICER SISTEMAS DISTRIBUIÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

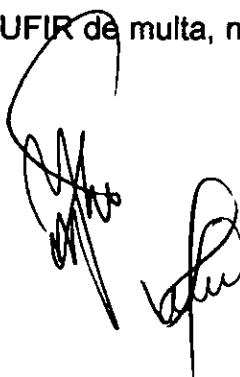
## RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em São Paulo, SP, recorre de ofício de sua decisão nº 13596/97 (fls. 15 a 17) que declarou nulo o lançamento suplementar efetivado contra a empresa Officer Sistemas, Distribuição, Serviços e Comércio Ltda., referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do exercício de 1991.

A exigência decorreu do trabalho de Malha Fazenda e alcançou diferença de realização de lucro inflacionário e compensação indevida de prejuízos.

O recurso de ofício foi interposto pelo valor desonerado, de 82.488,36 UFIR de tributo mais 41.244,18 UFIR de multa, mais juros, com base no artigo 34, inciso I do Dec. nº 70.235/72.

É o relatório.



V O T O

Conselheiro JOSÉ CARLOS PASSUELLO, relator

O recurso de ofício foi interposto por, à época da decisão, apresentar a parcela desonerada valor superior a 150.000 UFIR, representada que era por 82.488,36 UFIR de tributo e 41.244,18 UFIR de multa. O limite somente teria sido alcançado com o cômputo dos juros incidentes.

O advento da Portaria nº 333, de 11 de dezembro de 1997, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União de 12.12.97, pág. 29560, veio elevar tal limite para R\$ 500.000,00, conforme seguinte redação:

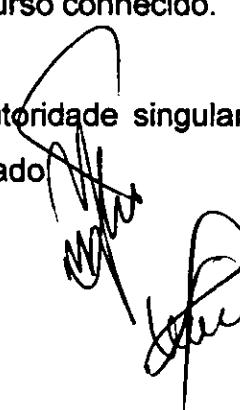
*"Art. 1º Os Delegados de Julgamento da Receita Federal recorrerão de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).*

*Parágrafo único. Na hipótese de quantia lançada em UFIR, será convertida em real na data da decisão, para fins de verificação do valor a que alude o "caput" deste artigo."*

Tratando-se de norma processual relativa a recurso, sua eficácia se opera imediatamente e sobre todos os fatos pendentes de concretização.

Assim, o presente recurso de ofício passou a ser regido pela Portaria citada, o que implica dizer, não dever ser o recurso conhecido.

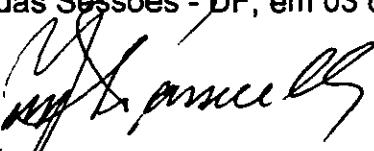
Dessa forma, a decisão da autoridade singular é definitiva e deve, por consequência, o presente processo, ser arquivado.



Processo n.º : 13805.001683/93-35  
Acórdão n.º : 105-12.421

Assim, por apresentar a matéria desonerada valor inferior a R\$ 500.000,00, não conheço do recurso, entendendo ser definitiva a decisão da autoridade julgadora singular em comento.

Sala das Sessões - DF, em 03 de junho de 1998.

  
JOSÉ CARLOS PASSUELLO

